

**O ouro é nosso:  
Comissão Científica de Exploração de 1859 e as lendas sobre ouro no Ceará**

Paulo César dos Santos<sup>4</sup>

**Resumo:** Este texto pretende abordar a criação da Comissão Científica de Exploração de 1859. Busca-se aqui analisar os fatores que acabaram contribuindo para a escolha da Província do Ceará a ser visitada pela primeira Comissão Científica Nacional. As lendas de ouro existentes sobre o Ceará passaram a fazer parte do anedotário do povo cearense e acabaram por seduzir e atrair os cientistas da Corte. Ciência e lendas não eram idéias dissociadas em 1859.

**Palavras-chave:** Ciência, lendas, ouro.

**Abstract:** This article intends to deal about the creation of the Scientific Commission of Exploration, from 1859. We want to analyse the factors that contributed to the choice of Ceará's Province to be visited by the National Scientific Commission. The folk tales about gold that exists in Ceará became anecdote to the cearense people, and tempted and captivated the scientists of Court. Science and folk tales weren't unjoined ideas on 1859.

Em 1856 foi criada, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Comissão Científica de Exploração. Sua finalidade era organizar uma expedição pelo interior do Império. Tal viagem objetivava conhecer do território nacional e suas riquezas, coletar material para o Museu Nacional e promover a pesquisa científica no país. Dessa forma, estava em sintonia com o século XIX...

O século XIX foi o século da ciência e do progresso, do Estado-Nação e das potências imperialistas. Foi também um século de ajuste no cenário internacional. A América Latina despontava como um continente cujas nações queriam esquecer ou negar o seu passado de colônia e atraso. Era necessário construir o sentimento de pertença, criar suas próprias instituições e projeções. Nesse contexto, os países latinos estavam em desvantagem, pois ao contrário da Europa, que possuía um passado histórico como elo de pertença, os países recém independentes ainda não sabiam o que fazer do seu passado. Sabia-se apenas que o futuro do passado poderia ter usos sociais na construção da nação.

No Brasil, isso também ocorreu após a proclamação da independência, em 1822, quando o país teve suas fronteiras geográficas demarcadas, e deu-se o surgimento do Estado

---

<sup>4</sup> Mestrando em História Social - Universidade Federal do Ceará. Bolsista da FUNCAP.

Brasileiro. Contudo, um país de proporção continental, tão esfacelado em termos de auto-conhecimento precisava criar elos de ligação a fim de fundar uma nação brasileira. Voltar-se para o passado e encontrar nele razões de uma nação seria de grande importância para construir um país que almejava estar em consonância com o progresso. A definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a construção da nação. “Assim, como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço” (MAGNOLI, 1997, p.110).

Em meio a tal projeto político foi fundado, em 1838, como instituição de produção de conhecimento e lugar social de legitimidade de nossa intelectualidade, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que criou a Comissão Científica de Exploração (1856-1867), cuja finalidade era fazer um mapeamento da fauna e da flora brasileiras e criar uma cultura nacional. O país precisava se integrar internamente para entrar na ordem do progresso das grandes civilizações. Para tanto, era necessário um saber que distinguisse o país de tantos outros, que criasse suas instituições e representações. Mais do que isso, estava em pauta o conhecimento da nação, sua representação, ou melhor, a escrita de sua História, projeto levado a cabo pelo IHGB. Além dele, outras instituições se empenharam no processo de busca de uma identidade nacional. Alguns dos maiores exemplos são percebidos na Sociedade Auxiliadora da Indústria e no Museu Nacional, instituições que mantinham claras relações entre si, todas associadas ao Império e à consolidação do regime. Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se direcionam os esforços do Instituto Histórico (GUIMARÃES, 1988, p.10). Catalogar e organizar taxionomicamente a fauna e a flora diversas da grande nação era um dos projetos do Museu Nacional. Daí a importância das viagens científicas.

Para tal projeto, o IHGB criou cinco seções de estudos, cada uma delas sob a direção de um respectivo sócio: Botânica, sob o controle de Francisco Freire Alemão, também chefe da Comissão Científica de Exploração; Geologia e Mineralogia, dirigida por Guilherme Schüch de Capanema; Zoológica, liderada Manoel Ferreira Lagos; Astronomia e Geográfica sob o comando de Raja Gabaglia; Etnográfica e narrativa de viagem sob a responsabilidade de Gonçalves Dias. A escolha de cada membro não se deu ao acaso, tais cientistas já eram reconhecidos nos meio científicos e a *Intelligentsia* nacional se fazia representar pelos seus maiores estudiosos.

A criação da Comissão Científica de Exploração esteve altamente vinculada à consolidação do regime monárquico, que passaria a se preocupar com a unidade territorial, mediante um conhecimento nacional. As províncias do norte, além de distantes e esquecidas,

faziam fronteira com as Repúblicas Latino-Americanas em constante instabilidade (leia-se: processo revolucionário)

Essa preocupação com as repúblicas vizinhas ao império brasileiro deve-se ao próprio esfacelamento interno do Brasil, onde alguns territórios da nação não se reconheciam como tal. Maria Odila Dias nos informa que esse “estranhamento” entre províncias se deve ao fato de que a independência do Brasil em 1822 não foi marcada por um processo nacionalista nem revolucionário, não sendo portanto, portador de um sentimento de pertença. O “afrouxamento” de nossa unidade nacional era visível para os contemporâneos à independência (DIAS, 2005, p.17).

Os cearenses, longe da vida da Corte, criam para seu “país” outro conceito de ser brasileiro. Freire Alemão nos fornece algumas notas de seu diário onde o sentimento de pertença à pátria é peculiar ao cearense. Segundo o cientista:

É notável como o povo do Ceará entende a sua nacionalidade: para eles o Brasil é o Ceará, os mais provincianos são estrangeiros (...) Em geral não estimam aos das províncias limítrofes. De Piauí falam com desprezo e denominam a província de Terra dos Serões, o que eles têm horror (...) De Pernambuco não cessam de fazer comparação (...) com os do Maranhão há mais rivalidade: os maranhenses chamam aos cearenses *cabeças-chatas* e os não tem bom conceito. A gente do Ceará que tem uma certa cultura mostram-se *invejosos* e prevenidos contra o Rio de Janeiro; todas as desgraças de sua província são causadas ou pelo menos não remediadas pelo governo, que só trata do Rio de Janeiro (ALEMÃO, 2006, pp.82-83). . Grifos no original.

Os cearenses tinham certa aversão aos estrangeiros e grande rejeição para com a Corte. Se o projeto do IHGB era criar o sentimento pátrio, quebrando o provincianismo e integrando-o à nação brasileira, caberia à *Intelligentsia* nacional, através de suas instituições, não apenas homogeneizar e controlar as províncias através de um poder centralizador, mas “costurar” uma identidade nacional, fortalecer o império e se projetar nos caminhos do progresso. A produção do conhecimento sobre províncias seria o meio de integrar o país. Instituições e cientistas compondo uma *intelligentsia* tomaram para si tal projeto.

Discutida e aprovada em 1856 a idéia de Criação de uma Comissão Científica nacional, ela só começará seus trabalhos em 1859. O intento inicial de sua criação era criar uma *intelligentsia* nacional, posto que os estudos realizados sobre o Brasil era feito por estrangeiros e dotados de preconceitos. Segundo Gonçalves Dias:

Precisamos estudar o Brasil nos autores estrangeiros, consultamos as suas cartas marítimas até nossa navegação de cabotagem, e mesmo na apreciação política dos acontecimentos remotos ou recentes da nossa história o estrangeiro como que têm,

na opinião publica, entre nós a primazia, e leva a palma o nacional, bem que as mais das vezes escreva sob as inspirações deste ultimo (TRABALHOS... p.VIII).

Estudar, conhecer e integrar as províncias seria uma forma de construir a nação. Conhecer as províncias e seus potenciais econômicos era um papel a ser desenvolvido pelo próprio estado que usando do saber de seus cientistas consolidaria suas instituições. Partindo deste pensamento, o IHGB saiu da Corte para conhecer as províncias mais longínquas. Para Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, a Comissão Científica de 1859 teria um roteiro e um objetivo de estudos definidos. Para o autor “a década [1850-1860] do século XIX [...] foi uma época de secas pavorosas, quando o imperador nomeou a célebre Comissão Científica que veio da Corte para estudá-las” (MENEZES, 2002, p.294). Aqui encontramos um anacronismo. A questão da seca somente entra na pauta do governo a partir das calamidades de 1877. Além disso, o Imperador apoiou com grande entusiasmo e patrocinou a Comissão Científica, mas sua criação se deve às propostas de Ferreira Lagos, presidente da Seção de Zoologia, e não do Imperador.

A Comissão Científica buscava mapear e catalogar as riquezas do Brasil. Pensar um território para explorar significa buscar nele algo que possa trazer benefícios, e a seca nesse momento ainda não fazia parte de um discurso de integração nacional como viria a ser no fim do século XIX. O que despertou a atenção da Corte para a província do Ceará foram as supostas riquezas minerais destas paragens. Busca-se aqui analisar como a lenda de ouro e prata existente na província foram importantes para atrair a estas terras os cientistas do IHGB.

As lendas sobre ouro e prata circulavam no Ceará desde a época da invasão holandesa e passaram a fazer parte do anedotário do povo, passando da oralidade para a escrita. Entre naturalistas e viajantes foi-se criando o imaginário do “el dorado” cearense. Entre os escritos sobre tesouros nesta província destacam-se os do Pe. Francisco Teles de Lima, que viajou pelo interior do Ceará entre o final do século XVIII e início do XIX e escreveu um “manual topográfico” das lendas. E foi justamente este manuscrito que foi parar no IGHB, que mais contribuiu para chamar a atenção da *intelligentsia* nacional para esta província. A ciência do Império cedeu ante o imaginário popular. Nas Instruções de Trabalhos encontramos apenas duas referências relativas aos estudos da seca. Já no que se refere à busca de ouro e prata, é a tradição oral que dá conta da existência desses metais nobre.

Para além das lendas que andam de boca em boca e mantém viva uma tradição, havia registros realizados por naturalistas que por aqui passaram. Se por um lado os escritos do Pe. Francisco Telles Lima não merecia total credibilidade já não se podia dizer o mesmo sobre os

escritos do naturalista Feijó<sup>5</sup>, que compoendo as viagens filosóficas<sup>6</sup> irá escrever informações sobre a província e suas riquezas minerais. Os cientistas do IHGB tiveram contato com os escritos de Feijó em 1846 e de Pe. Telles constava na biblioteca da instituição. Partindo do fantástico, das lendas, do científico e dos relatórios de Feijó, a Comissão Científica aporta no Ceará em 4 de fevereiro de 1859.

Caberia à Comissão verificar tal fato, que foi levantado por um “filho do Ceará, [que] não soube achar nenhum outro meio de engrandecer a sua terra senão anunciando pomposamente ricas minas...” (TRABALHOS..., 1862, p. II). Tal cearense foi o padre Francisco Teles de Meneses Lima, que escreveu *Mappa curioso de novo descoberto*.<sup>7</sup> Caso a Comissão Científica encontrasse a referida riqueza na província, teria de informar, em sigilo, o achado à Corte. O item XX das instruções gerais da Comissão traz o seguinte trecho:

Se por ventura a comissão descobrir alguma mina, cuja exploração seja vantajosa ao Estado, com o maior segredo, sendo possível, expedirá logo para esta corte um portador seguro, dando conta da descoberta, acompanhada de todas as informações que julgar necessárias, e fará também ao presidente da província as participações convenientes a tal respeito (TRABALHOS..., 1862, p. L).

O Ceará, por ser a primeira província a ser visitada pela Comissão Científica, precisava agora confirmar ao Brasil as riquezas destas terras, o que foi feito pelos intelectuais da província, que viram a oportunidade, através dos cientistas, de apresentarem o Ceará ao Brasil. A lenda das riquezas dos cearenses firmou-se com um caráter de veracidade. O Ceará mostraria que sua maior riqueza seria a contribuição desta província para a prosperidade da nação. Sua inserção na nação se faria por um projeto escriturário: A escrita de sua História.

Em 1861 o Senador Pompeu publicou o seu *Dicionário Topográfico*. Desta forma, as riquezas se fizeram conhecer através do seguinte sub-item do verbete província do Ceará:

---

<sup>5</sup> Chegando ao Ceará em 17 de janeiro de 1799 Feijó escreverá várias memórias (relatórios) sobre esta província. Em 1810, publicou no Rio de Janeiro o “Preâmbulo ao ensaio filosófico e político sobre a capitania do Ceará para servir à sua história geral”... Feijó escreveu ainda, em 1814, a “Memória sobre as minas de ferro do Cangatí ao Choro na capitania do Ceará”, que, juntamente com a “Memória sobre as minas de ouro do Ceará e a Coleção descritiva das plantas da Capitania”, permaneceu inédita durante anos. (PATAÇA & PINHEIRO).

<sup>6</sup> Viagens filosóficas: A constituição natural em uma ciência comparativa e classificatória requeria a quebra de barreiras geográficas existentes no campo, o que levou os naturalistas da época ao planejamento de viagens científicas de modo a coletar material e propiciar que os museus se tornassem os principais abrigos de espécies naturais de todo o mundo [...] Estes foram denominados Viagens Filosóficas, designação concernente ao seu principal objeto, que era a observação e interpretação da natureza em seu diversos domínios (PATAÇA & PINHEIRO, 2005, pp. 58-59).

<sup>7</sup> Na Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, Tomo XIII, 1909, encontram-se trechos desse manuscrito.

Produção, indústria e comércio - Na parte mineralógica encontra-se *ouro* em várias pontes, *prata*, plumbagina, chumbo, ferro, antimônio, amianto, arsênico, antroçita, mármore, calcário, porphyros, diversos cristaes e salinas em toda a costa.entre as plantas, muitas medicinais (BRAZIL. 1861, p.27) (grifo meu).

Assim como o Senador Pompeu escreveu através de seu conhecimento geográfico a existência de ouro no Ceará, os intelectuais cearenses resolveram usar como instrumento de enaltecimento da província as idéias sobre o solo rico em metais preciosos. O mesmo ocorreu em relação ao conhecimento histórico, pois Tristão de Alencar Araripe, ao escrever em 1867 o livro sobre a história de nossa província, indica as riquezas destas terras ao elencar suas potencialidades minerais tais como ouro, prata, zinco, salitre, pedra-hume...(ARARIPE, 1958, p.53).

Desta forma, entendemos que os escritos de Senador Pompeu e Tristão de Alencar Araripe são permeados por uma série de interesses. A complexidade destes registros nos dão indícios para pensarmos sobre a criação e vinculação de um discurso sobre a existência de ouro na província do Ceará, sugerindo não apenas uma forma de mostrar as potencialidades e viabilidades econômicas desta província para o Império, mas reforçar as suas particularidades.

Sobre a recepção dos cearenses à Comissão Científica diz Freire Alemão que “entre muitos preconceitos, como é o considerar-nos estrangeiros, e que viemos tomar suas terras, seus mitos, seus tesouros e escravizá-los” (ALEMÃO, 2006, p. 82). Por mais anedótico que pareça, foram as lendas o fator determinante para a escolha da província do Ceará pelos membros da Comissão Científica de 1859. Freire Alemão e Lagos tomaram contato com um manuscrito produzido entre os séculos XVIII e XIX.<sup>8</sup> Freire Alemão não apenas trouxe consigo tal manuscrito, como também descreveu, em seu próprio diário, o roteiro que fez baseado nos textos do Pe. Francisco Teles de Menezes.

A crença de que o solo do Ceará era minado de ouro foi uma constante para a Comissão Científica e as cobranças por tais descobertas também. Tanto a corte desejava e cobrava da Comissão Científica a descoberta de metais preciosos como os próprios cearenses queriam ver confirmadas suas lendas sobre tais metais. Gonçalves Dias, já em 1860, mostrava-SE insatisfeito com as cobranças feitas a Comissão. O poeta mostra em seus escritos algo interessante. Ao descrever sua angústia ante a pressão pela descoberta de ouro, mostra um pouco de seu roteiro, ou melhor, o roteiro descrito pelo Pe. Telles Lima. Em carta ao *Jornal do Comércio*, datada de 12 de abril de 1860, diz o poeta:

---

<sup>8</sup> Pe. Francisco de Teles de Menezes, que nas suas excursões pela província do Ceará ia memorando as tradições relativas a esses tesouros e a existência de minerais preciosos (ARARIPE, RIC, tomo XIII, 1909, p. 153). Segundo o Pe. Teles “no serrote Pelado do riacho da Sede (Quixelô) o ouro vem na raiz do capim” (POMPEU, RIC, tomo XIII, 1909, p. 340).

Mal se compreenda como se tenha feito alguma coisa, sem se haver descoberto meia-dúzia de minas de ouro ou de prata pelo menos. Os de lá ainda se contentariam com qualquer califórnia, os daqui, porém, mais ambiciosos ou mais exigentes, querem já o ouro pronto, em barra ou moeda, para não haverem muito trabalho em juntá-lo, com prego torto fincado na árvore, cacos aos montes, e letreiros ininteligíveis, que tudo isso é sinal de Ter andado flamengo na terra. (In:BRAGA, 1962, p. 68).

Buscar ouro em rochedos onde se encontravam letreiros de cor vermelha, lendas de tesouros encantados, pregos em árvores que apontam para cavernas encantadas, ouro que vem na raiz do capim, foram as anedotas que os cientistas seguiram em suas rotas.

150 anos depois da chegada da Comissão Científica ao Ceará faz-se necessário entender as experiências desses cientistas, seu campo de atuação e suas relações na construção de um saber nacional.. Entre os cientistas que buscavam ouro no Ceará e os intelectuais dessa província que registraram a existência de riquezas minerais há um campo aberto para reflexões políticas, folclóricas e discursivas. Objetiva-se perceber, na experiência da Comissão, a tensão entre a construção da nação e a busca da especificidade almejada pelas províncias, entre elas o Ceará.

## **FONTES ESCRITAS E IMPRESSAS**

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato 1859*. Estudo introdutório de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

\_\_\_\_\_. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato –Rio de Janeiro 1859-1860*. Estudo introdutório de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2007.

CAPANEMA, Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Estudo introdutório de Kênia Rios. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

CAPANEMA, Guilherme Schüic de. *Ziguezagues do Dr. Capanema: Ciência, cultura e política no século XIX*. Estudo introdutório e notas de Maria Sylvia Porto Alegre. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

Ofícios da Imperial Comissão Científica de Exploração. Arquivo Público do Estado do Ceará

TRABALHOS DA COMMISSÃO SCIENTIFICA DE EXPLORAÇÃO. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

\* JORNAIS: O Cearense (1859-61); O Araripe (1859-62); O Sol (1859-61).

## **BIBLIOGRAFIA:**

- ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*. Dos tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958. 2º ed. (Coleção História e Cultura. V. 1).
- BRAZIL, T. P. De Souza. *Diccionario topographico e estatístico da província do Ceará*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1861.
- BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- Tipografia Minerva. Carta de José de Alencar ao Senador Pompeu datada de 1855.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. In: Revista Estudos Históricos, nº 1, RJ. CP DOC, 1988.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. Os Historiadores do Ceará. In: *Ceará de Corpo e Alma: Um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. (Org) Gilmar Chaves – Rio de Janeiro: Relume / Dumará / Fortaleza, Ce: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002.
- PATACA, E. Moutinho & PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1. p.58-79, jan./jun. 2005.